

## Narrativas Feministas no *YouTube*: Divergências Teóricas e *Vlogging*<sup>1</sup>

Ana Beatriz CALDAS<sup>2</sup>

Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, PB

### Resumo

O presente trabalho busca traçar um breve panorama sobre que tipo de conteúdo em relação às diversas vertentes feministas tem sido produzido por meio de *vlogs* na plataforma *YouTube*, através de uma breve análise de canais do site que possuem grande alcance e tratam dessas temáticas. Para isso, serão explanados os conflitos teóricos entre as correntes, além de possíveis pontos de convergência entre elas.

**Palavras-chave:** *vlogs*; *YouTube*; feminismo; transfeminismo; ciberativismo.

### Introdução

O *Youtube*, site criado em 2005 com o objetivo de disponibilizar e agregar vídeos na internet, cresceu exponencialmente na última década, passando de um simples repositório a uma plataforma com conteúdo exclusivo, hoje com mais de um bilhão de usuários em cerca de 88 países. Só no Brasil, conhecido por ocupar os primeiros lugares em acessos em várias redes sociais, são mais de 80 milhões<sup>3</sup> de pessoas registradas. Apesar da grande variedade de reproduções de filmes, programas de televisão, paródias e videoclipes replicadas por seus “clientes”, parte do que levou o site ao sucesso no início, muitos dos cliques atuais devem-se ao perfil intimista dos *vlogs*<sup>4</sup>, que, quando não são esquematizados como novas formas de produção de humor no audiovisual – a exemplo de gigantes nacionais como *Porta dos Fundos* e *5inco Minutos*, com milhões de inscritos cada –, costumam funcionar como uma espécie de *blog* pessoal em vídeo, em que os autores falam sobre seu cotidiano, acontecimentos polêmicos ou temas de interesse de um determinado grupo, a exemplo do feminismo.

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no DT 5 – Comunicação Multimídia do XIX Congresso de Ciências da Comunicação na Região Nordeste, realizado de 29 de junho a 1 de julho de 2017.

<sup>2</sup> Mestranda em Comunicação e Culturas Midiáticas no PPGC/UFPB. E-mail: [abeatrizce@gmail.com](mailto:abeatrizce@gmail.com)

<sup>3</sup> Disponível em: <http://tecnologia.ig.com.br/2016-10-05/youtube-usuarios.html>. Acesso em: 1º mai. 2017.

<sup>4</sup> Variante de *weblog*. O *vlogger* é o usuário do *YouTube* que produz vídeos com caráter sequencial, o que, de certo modo, o diferencia do *youtuber*, termo mais geral que, para os produtores de conteúdo, é considerado um ofício.

Como pontuam Bezerra e Santos (2014), a ideia do *slogan* utilizado recentemente pelo *YouTube*, “transmita-se”<sup>5</sup>, fez com que, com poucos recursos materiais e pouco ou nenhum esforço financeiro, essas transmissões chegassem a milhões de computadores e dispositivos móveis, lembrando-nos de uma das mais fortes características da Web 2.0: a revolução pelos usuários. Revolução essa que ocorre de forma confortável para o site, já que é feita para quem o consome, gerando lucro e seguindo suas diretrizes de publicação, e financeiramente possível para os produtores, que hoje contam com a popularização das câmeras digitais e com a evolução das tecnologias para *smartphones*, que facilitam a mobilidade e a instantaneidade.

Para quem decidiu assumir uma postura política ao “vlogar”, essas possibilidades geraram uma espécie de “catarse discursiva” (ZIMBERG, 2016). A partir da análise dessa catarse, pretendemos destacar os pontos essenciais e o alcance dos feminismos discutidos na produção de conteúdo para o *YouTube*, através da observação dos canais *JoutJout*, *Prazer*, *Fêmea Humana*, *Afros e Afins* e *Barraco da Rosa*, com o objetivo de compreender sobre quais são as principais pautas do chamado “ciberfeminismo”.

### 1. Ciberativismo e Novas Possibilidades Para a Escrita de Si

É correto afirmar que o *YouTube* se transformou em um novo modelo de negócio, tanto para a *Google*, empresa hoje responsável pelo site, quanto para seus usuários, que podem estar a um produto midiático do sucesso. Com a adoção de *digital influencers* como figuras públicas por parte de grandes marcas, os *youtubers* adquiriram status de celebridades não só na internet, mas em meios de comunicação mais tradicionais do Brasil, a partir, especialmente, de campanhas publicitárias. Em março de 2017, o Ministério da Cultura lançou um edital de apoio financeiro à “juventude vlogueira”, consolidando o *vlog* como uma nova prática audiovisual no cenário nacional. No entanto, para quem se utiliza do ciberativismo (também conhecido como infoativismo ou, ainda, netativismo), “vlogar” não se trata de um negócio, mas de ideologia.

Em um contexto em que os receptores se tornaram mais visuais do que verbais – basta olhar a quantidade de imagens e outros elementos multimídia em notícias de jornais online, por exemplo –, “os *vlogs*, por sua vez, funcionam como extensão da

---

<sup>5</sup> Tradução livre de “*Broadcast yourself*”, hoje em desuso.

visão e da audição humanas ao proporcionarem as mais variadas construções e representações de sentido, além da facilidade para propagação de ideias” (BEZERRA; SANTOS, 2014, p. 5). Quando se fala em ciberativismo, no entanto, é importante ter em mente que as redes sociais são apenas uma possibilidade maior para uma prática já existente, com o adicional de transformar as inúmeras produções, antes “soltas”, em uma comunidade de formadores de opinião que terá mais visibilidade e estimulará uma colaboração entre seus membros, como no caso do *YouTube* (JENKINS, 2009, p. 359). Para Ugarte (2008), o ciberativismo é um conjunto de estratégias que busca colocar pautas dos movimentos sociais como a “ordem do dia”, através do artifício de compartilhamento possibilitado pelos meios eletrônicos (UGARTE, 2008, p. 55).

Ainda que comumente o ciberativismo se caracterize por táticas pensadas para a web, consideramos que, no *YouTube*, a prática de fomentar debates sobre movimentos sociais e suas lutas por meio do *vlogging* – mesmo que essa possa ser realizada em locais físicos, por meios de protestos e mesas redondas, por exemplo –, tem peculiaridades, já que se tratam de novas comunidades e formas de socializar o conhecimento. Um dos métodos bastante utilizados nessa prática, típico da epistemologia feminista (assunto que será abordado mais a frente) é a escrita de si como meio de ampliar o debate sobre grupos que sofrem das mesmas privações. Por estarem no ciberespaço e não nas ruas,

[...] as classes denominadas oprimidas como o grupo LGBT, negros, índios e mulheres, encontram um campo razoavelmente ‘neutro’ para relatarem sua situação e a injustiça social e econômica que sofrem, por vezes de forma velada, de maneira independente de mediadores. A comunicação acontece de forma direta. (SOUZA, 2014, p. 49).

Jenkins (2009, p. 152) fala, ainda, sobre o “suporte emocional” que essas minorias políticas recebem de outros membros no *YouTube*, uma espécie de grupo de apoio formado por expectadores e outros vlogueiros (que passeiam entre as duas agências). Para o autor, esse é um ponto essencial do site enquanto dispositivo de uma cultura participativa: as narrativas de si e, portanto, a identificação dos expectadores com o conteúdo reproduzido nos vídeos, faz com que eles venham a se tornar, ocasionalmente, produtores de seus próprios conteúdos, protagonistas.

Essa identificação, que parte do virtual para o real, resultou na criação de diversas organizações não-governamentais (ONGs) e coletivos digitais, unidos por causas sociais nas redes sociais ou, pelo menos, através delas. No Brasil, um dos

maiores destaques é a *Think Olga*, ONG criada em 2013 que hoje atua nas principais redes sociais com campanhas, pesquisas e informações relacionadas a temáticas feministas. Em uma pesquisa recente da organização, foi constatado que a procura pelo termo “feminismo” aumentou em 86,7%, um dos dados que, para Zimberg (2016), definiu o ano de 2015 como “o ano do feminismo da internet”. Pode-se dizer, com certa segurança, que esse aumento nas buscas sobre um movimento que ganhou visibilidade na década de 60 não tem apenas a ver com as pautas reivindicadas – já que muitas ainda permanecem à margem das discussões políticas –, mas a como elas têm sido veiculadas.

Nesse ponto, as vlogueiras brasileiras tem grande mérito. A jornalista fluminense Júlia Tolezano, conhecida no *Youtube* como “Jout Jout”, certamente teve influência em boa parte desses novos acessos. Fenômeno no site, começou a fazer sucesso com vídeos em que levantava temáticas feministas de maneira simples e didática. Seu grande “hit”, o vídeo “Não tira o batom vermelho”, em que fala sobre relacionamentos abusivos, gerou uma série de debates nas redes, inclusive entre outras *youtubers*, sobre suas experiências com abuso físico e emocional em relacionamentos amorosos. O vídeo, que soa mais como um conselho ou desabafo do que um manifesto político, fez com que muitas de suas expectadoras, meninas e mulheres jovens, tivessem um primeiro contato real com as problemáticas abordadas pelo movimento feminista.

A aposta no caráter pedagógico dos vídeos, como veremos, permeia a maior parte dos vídeos sobre feminismo no *YouTube*, independente de correntes teóricas. Resolvemos selecionar para essa análise apenas produtoras de conteúdo conhecidas por levantar a bandeira feminista com frequência em seus canais – já que hoje, felizmente, são muitas as vlogueiras que abordam o tema de maneira ocasional. Nos quatro canais escolhidos, assim como na maioria dos vlogs de mulheres, assuntos que permeiam seu cotidiano, como relacionamentos, beleza, moda, música e inserção da mulher em espaços comumente ocupados, em sua maioria, por homens, também são abordados. Antes de chegar aos *vlogs*, porém, traçaremos um breve histórico sobre o movimento e explicaremos os atuais conflitos entre as ativistas.

## **2. Feminismo(s): História, Reivindicações e Divergências**

A primeira onda do feminismo, no século XVIII, deu-se por questões básicas no âmbito da justiça, como o direito a propriedade e ao voto. Os ativistas desse movimento, mulheres e homens de vários países, ficaram conhecidos como “sufragistas”. Ainda que

o direito a educação também fosse uma pauta, nesse momento, o movimento ainda era visto como liberal, individualista e feito de mulheres brancas para mulheres brancas, sem recorte de classe ou raça. No Brasil, o direito ao voto só seria concedido às mulheres em 1932, processo que emergiu após uma série de protestos e reivindicações de operários.

Quase que paralelamente ao feminismo liberal, no século XIX, surgia o feminismo socialista, “deixado à margem por ser considerado radical e por ler a dominação masculina como subproduto da dominação burguesa” (MIGUEL; BIROLI, 2014, p. 23). Seu legado, no entanto, seria importante para o que hoje é conhecido como feminismo radical – termo que não é utilizado no sentido de “exarcebado”, mas sim como “de raiz, de origem”, que coloca a mulher como uma categoria que sofre pela opressão dos papéis de gênero impostos pela sociedade.

Para Miguel e Biroli (2014), o marco do feminismo contemporâneo e da segunda onda do feminismo foi a publicação de *O Segundo Sexo* (1949), da filósofa francesa Simone de Beauvoir, uma análise minuciosa das problemáticas vividas pelas mulheres nas esferas pública e privada<sup>6</sup>. Curiosamente, uma de suas mais célebres frases, “Não se nasce mulher, torna-se”, é um dos pontos de maior divergência entre feministas radicais e interseccionais. Enquanto o primeiro grupo afirma que a mulher e as noções de feminilidade são aprendidas por meio da dominação masculina, o segundo (especialmente as transfeministas), acredita que Beauvoir pontuou que gênero, assim como acreditam, é uma construção social.

Esse é, possivelmente, o maior dos conflitos entre as feministas que seguem a vertente radical, conhecidas como “*RadFem*”, e as mulheres trans\*<sup>7</sup>. Como veremos em breve, as discussões sobre o que é ser mulher ganham grande espaço na produção de conteúdo para redes sociais desses dois grupos, geralmente em tom de confronto. O determinismo biológico faz parte das pautas mais importantes do radical: além da problemática com a identidade de gênero (pois acreditam que as mulheres trans\* apenas reforçam estereótipos), as questões relacionadas à autonomia reprodutiva, como a legalização do aborto e a maternidade compulsória, são essenciais.

---

<sup>6</sup> A discussão sobre a inferência da esfera pessoal na esfera pública ainda é tópico importante nas discussões de grupos feministas radicais, que afirmam que “o pessoal é político”.

<sup>7</sup> Utilizaremos o termo guarda-chuva “trans\*” para tratar das mulheres transgênero (que não se adequam ao gênero), transexuais (que não se adequam ao sexo) e travestis.

Além disso, creem que a mulher, como grupo político, não deve fazer escolhas individuais que possam favorecer o patriarcado ou colocar outras mulheres em situação de risco, a exemplo da prostituição e da pornografia, práticas ligadas diretamente à cultura do estupro. A liberdade sexual da mulher, exaltada pelo feminismo liberal, é vista como um “favor” ao seu opressor natural, o homem. Ainda focado na mulher única, o feminismo radical seria chamado de “vitimista” e seria posto a prova a partir do fim do século XX, com a chegada da terceira onda feminista e uma exigência principal: interseccionalidade.

### **2.1. A Necessidade de um Feminismo Interseccional**

Um ponto de destaque dentro do feminismo radical pode ter sido o estopim para a “criação” do feminismo negro, que, posteriormente, também faria parte do feminismo denominado interseccional, que considera que há diversas opressões além das de gênero, como as de classe e raça, a serem consideradas nas estruturas sociais. Até os dias atuais, as *RadFem* lutam contra a imagem da mulher frágil, dócil, dedicada a criação dos filhos e aos serviços domésticos. Porém, para boa parte das mulheres negras, especialmente no Brasil, ser essa mulher nunca foi uma possibilidade. Sua “fragilidade” nunca foi motivo para não trabalharem em condições insalubres, ganhando menos que as mulheres brancas<sup>8</sup> e sendo obrigadas a colocarem seus filhos nas mãos de outras mulheres – muitas vezes, outras mulheres negras – para sustentá-los.

Insatisfeitas com esse cenário e a falta de representatividade no movimento, escritoras como Audre Lorde, bell hooks<sup>9</sup> e Maxine Hong Kingston iniciaram suas críticas a segunda onda, atitude que acabou por abarcar também teorias pós-estruturalistas de gênero e sexualidade, como a teoria *Queer*, que afirma que o gênero é uma construção social e que serviu como base para estudos mais aprofundados sobre transgeneridade, travestilidade e transexualidade. Ainda que possamos englobar as mulheres não-brancas e trans\* no feminismo interseccional por definição, discorreremos sobre esses grupos de forma individual.

### **2.2. Mulher negra, a base da pirâmide social**

---

<sup>8</sup> Uma pesquisa realizada no ano de 2003 mostrou essa realidade: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/dimenstein/noticias/gd191103d.htm>. Outra pesquisa, realizada em 2016, mostrou que a mulher negra ganha 60% a menos que o homem branco no Brasil.

<sup>9</sup> A autora prefere que a grafia de seu nome seja reproduzida em letras minúsculas.

Em seu estudo sobre feminismo negro nas redes, Oliveira (2016) relembra que, mesmo estando sempre na base da pirâmide social, as mulheres negras sempre procuraram se auto-organizar. Na década de 80, após décadas colocadas na história através do ponto de vista do branco colonizador e, posteriormente, pela branca intelectual, era o momento de as mulheres negras, finalmente, falarem por si. A insatisfação das feministas negras não era, porém, apenas com o feminismo radical. Se no feminismo “tradicional” não encontravam recorte de raça ou classe, no movimento negro, onde deveriam ter espaço para o debate sobre essas opressões, não encontravam recorte de gênero.

Ainda que temas como racismo e o extermínio da juventude negra pela polícia sejam essenciais e também as coloquem em pauta, de certo modo, outras discussões, como a hiperssexualização e a solidão da mulher negra, oriundas da interseccionalidade, eram – e ainda são – invisibilizadas. O consumo como exercício da cidadania, como no caso de cosméticos para mulheres negras, também é visto como algo supérfluo e até problemático para as feministas radicais: enquanto as brancas procuram, por meio do feminismo, livrar-se da maquiagem, por exemplo, é um ato político para uma feminista negra exigir que marcas de cosméticos fabriquem produtos específicos para as diversas peles negras<sup>10</sup>.

Talvez essa seja a vertente atual do feminismo que mais utilize a narrativa de si como forma de ativismo, justamente pela ausência de voz que essas mulheres tiveram em toda a história. Dentro e fora da academia, são estimuladas as produções sobre gênero e negritude, a exemplo do site *Blogueiras Negras*, que publica textos de meninas e mulheres negras de todo o país contando seus relatos sobre diversas áreas de suas vidas, como modo de fazer com que as mulheres negras compartilhem suas experiências, entre si e para os demais. Um ponto a ser ressaltado é que, a partir de políticas afirmativas como cotas raciais e cotas para alunos de escola pública, a população negra nas universidades brasileiras tem crescido, o que, por consequência, aumenta essas produções. Outra peculiaridade dessa vertente é que as mulheres negras, dentro do movimento, lutam pelo relacionamento monogâmico, por serem vistas como objetos sexuais; enquanto que de modo geral, no feminismo interseccional, o poliamor

---

<sup>10</sup> O exemplo da maquiagem é bastante utilizado pela *youtuber* e feminista negra Nátaly Neri, que, em seu canal, como será visto, também fala sobre beleza e consumo consciente.



pode ser visto como uma coisa interessante para a mulher, no feminismo negro ele é apenas mais uma reprodução de opressões de gênero e classe unidas.

### 2.3. Transfeminismo x Transativismo

Ainda que o feminismo interseccional contemple as mulheres trans\*, o feminismo transgênero ou transfeminismo, movimento já nascido na internet, é a única vertente possível para que as pautas essenciais dessa população sejam contempladas. Após um curto (porém intenso) período de auto-organização das pessoas trans no Brasil, iniciado com fins de combater a violência policial e combater a HIV (CARVALHO; CARRARA, 2015, p. 383), assim como as mulheres nascidas como tal, as mulheres trans\* perceberam a necessidade de pautar suas próprias demandas.

A partir de debates nas redes sociais, inicialmente como parte da agenda LGBT, temas como empregabilidade para pessoas trans\*, despatologização, disforia de gênero e preconceito, além da ausência de relacionamentos amorosos duradouros ou “públicos”, tem sido imensamente debatido por ciberativistas transfeministas que, aos poucos, levam as discussões para fora das redes e para dentro da academia.

Como em outras vertentes, existem ambiguidades. Assim como para algumas mulheres biológicas as questões reprodutivas (especificamente o aborto) são um ponto divergente, para as mulheres trans\*, a questão da despatologização da transexualidade divide posicionamentos. Por um lado, o fato de sua identidade de gênero ser considerada uma patologia as deixa indignadas; por outro, a maioria sabe que possuir uma enfermidade, ainda que essa não seja real, é a única forma para obter tratamento digno e adequado, hormonização para amenizar a disforia de gênero e, para muitas, a tão sonhada cirurgia de redesignação sexual.

Enquanto no radical o grande inimigo é o homem, no transfeminismo, as maiores inimigas são as *RadFem*, por colocarem a prova suas identidades. O gênero, no radical, é tido como inexorável a biologia; já para as mulheres trans\*, geralmente, é uma performance sempre individual e não necessariamente binária – o que vai contra a categoria da mulher única. Para as radicais, no entanto, não é possível haver mais do que dois gêneros, apenas performá-los de modo a desconstruir o conceito de gênero imposto pelo patriarcado. Geralmente, quem apoia a vertente mais “tradicional” do feminismo se refere ao movimento trans, ainda que de mulheres, como “transativismo”. Se no radical a luta é para que os grupos de mulheres e homens tenham os mesmos



direitos, no transfeminismo a principal luta é para ser reconhecida como parte do grupo com que se identificam.

É preciso salientar que, ao longo dos últimos anos, várias mulheres transfeministas têm ganhado visibilidade, nas dimensões online e offline, especialmente pelo caráter pedagógico de suas inserções textuais, combatendo preconceitos específicos sobre mulheres trans\*, produzindo discussões com forte diálogo com as produções acadêmicas, bem como atuando em um processo de valorização da autoestima e aceitação do corpo. (SARMENTO, p. 139)

Sobre as transfeministas, o que se percebe é que elas também habitavam um não-lugar, como as mulheres negras; nem eram completamente contempladas no movimento LGBT, por não serem uma orientação sexual, mas uma identidade, tampouco acolhidas nos feminismos já existentes. Começaram a falar, como as feministas negras – e junto a elas, no interseccional –, sobre si próprias, já que outras mulheres não compartilhavam de suas vivências. Um reflexo direto da inserção das mulheres trans\* no feminismo da terceira onda foi a acolhida das feministas radicais às mulheres lésbicas, que pouco recebiam atenção das ativistas até reclamações de mulheres trans\* sobre lésbicas serem transfóbicas estourarem na internet. As lésbicas, também pouco satisfeitas com sua posição no movimento LGBT, finalmente puderam ser escutadas por mulheres com quem dividiam a opressão dos papéis de gênero e um certo incômodo com a inserção das mulheres trans\* no movimento feminista.

Existem ainda, entre as subvertentes: ecofeminismo, anarcofeminismo e feminismo marxista, criticado por ser pouco prático e não chegar até as mulheres que estão fora da educação formal. Apreendendo esse breve resumo sobre algumas das correntes teóricas mais discutidas do feminismo, podemos concluir que “o gênero é, assim, um dos eixos centrais que organizam nossas experiências no mundo social (MIGUEL; BIROLI, 2014, p. 8), seja em uma perspectiva radical, como método de opressão, ou pós-moderna, como construção social. O conteúdo analisado a seguir, faz, portanto, parte de teorias e experiências produzidas e vivenciadas por diferentes mulheres, relatos provenientes da desigualdade de gênero.

### **3. Temáticas, conflitos e público: sobre o que falam as feministas no YouTube?**

Por considerarmos uma escolha metodológica apropriada para analisar práticas de ativismo, especialmente na internet, utilizaremos as regras de enumeração da análise de conteúdo (DUARTE; BARROS, 2015, p. 295) para mensurar algumas questões observadas nos *vlogs* escolhidos. Por meio dessas, observaremos quais os assuntos mais

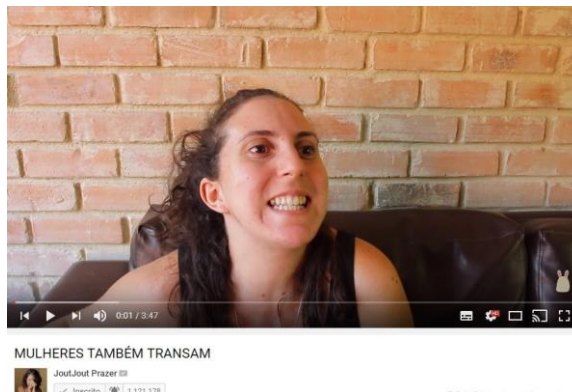
tocados nos canais de cada vertente, como a temática feminista é inserida nos vídeos e se existem referências a outras vertentes no material (já que muitas das ciberativistas se ocupam arduamente de criticar pontos divergentes entre os feminismos).

Para essa análise, escolhemos canais de ativistas que conquistaram, além de seguidores, simpatizantes das vertentes em que acreditam, e que, independente do número de seguidores, tem a maior quantidade de vídeos/seguidores dentro de seu nicho no *YouTube*.

### 3.1 JoutJout, Prazer: feminismo liberal

Inicialmente, havíamos decidido por não inserir esse canal na pesquisa, por ser um canal sobre temas diversos, que também aborda interesses pessoais não políticos da autora, Júlia Tolezano, de 25 anos. Porém, após incessantes buscas sobre mulheres que se denominassem feministas liberais no *YouTube*, assim como em páginas em outras redes, como o Facebook, acreditamos que, pelo conteúdo de suas mensagens, essa fosse a melhor opção para falarmos sobre como opera o feminismo liberal nas redes.

**Figura 1 - Canal “JoutJout, Prazer”**



Considerada “importante” por tratar de temas como libertação do corpo e empoderamento, essa corrente é conhecida por “atrair” meninas e mulheres jovens que pouco conhecem sobre feminismo pelo seu caráter simplista. Portanto, apesar de adquirir um caráter coletivo quando se incluem narrativas de si, como no *YouTube*, é correto dizer que, dentre as vertentes, essa é a que possui um viés político mais velado.

No entanto, se entre as feministas ativistas considera-se uma “fraqueza” ser *LibFem*, no *YouTube*, elas são abraçadas; como já visto anteriormente, representantes diretas ou indiretas, como Júlia, conseguem mais cliques do que qualquer outra. Geralmente, esse feminismo, inclusive, é o que multiplica-se nas mídias de maior alcance, como o programa global *Amor & Sexo*, criticado fortemente pelas feministas

radicais devido ao seu viés liberal, por apoiar a legalização da prostituição e pela crença de que homens também são oprimidos pelo machismo. Esses, inclusive, são bem-vindos no movimento, diferentemente do que ocorre nas outras vertentes.

Atualmente, é possível afirmar que o feminismo interseccional “substituiu” o liberal, considerado um feminismo de direita por focar nas prerrogativas da lei, outro motivo pelo qual poucas mulheres se autoafirmam como *LibFem*. É correto afirmar que, dentro e fora do ciberativismo, JoutJout é uma das vlogueiras mais influentes no YouTube: atuando desde maio de 2014, postou 282 vídeos<sup>11</sup> que foram acessados por quase 150 milhões de pessoas.

### 3.2 Fêmea Humana: feminismo radical

Se Júlia Tolezano é, possivelmente, a *youtuber* mais querida do cenário nacional, especialmente entre feministas, pode-se dizer que Carol Wojtyla<sup>12</sup> é a mais controversa. Única das representantes que tem mais de 30 anos (o que talvez explique sua escolha política, já que muitas mulheres transitam entre as vertentes até “chegar” no radical), está na plataforma desde março de 2016 e já postou 167 vídeos. Se para o YouTube suas métricas são pouco expressivas (tem apenas 3.955 seguidores e pouco mais de 330 mil visualizações), para o *RadFem*, ela é instrumento valioso.

Figura 2 - Canal “Fêmea Humana”



Feminismo e pornografia - Perguntas e Respostas #3

Com presença ativa em sites de discussão sobre questões das mulheres, Carol costuma gravar vídeos curtos e opinativos sobre temáticas essenciais à teoria, mas sua maior contribuição é a tradução e publicação de vídeos de feministas estrangeiras, como a ativista antipornografia Gail Dines e Magdalen Berns, *youtuber* famosa por seu posicionamento radical, a favor das lésbicas e contra o transativismo. Esse retrato

<sup>11</sup> Os dados referentes a essa pesquisa foram obtidos através de acessos aos canais em 3 mai. 2017.

<sup>12</sup> Nome pelo qual a ativista é conhecida na internet.

confirma o que diz Arpino (2015) sobre o feminismo radical no Brasil, quando explica que essa vertente só chegou no país na última década, com “a disseminação de traduções na internet de textos de feministas radicais, majoritariamente norte-americanas” (ARPINO, 2015, p. 17).

### 3.3 Afros e Afins: feminismo negro/interseccional

Dentro do feminismo negro, a estudante paulista Nátaly Neri, de 22 anos, é o maior expoente no *YouTube*. Com 185.127 inscritos e 97 vídeos postados em seu canal – além das inúmeras participações em outros canais –, trata diretamente sobre questões da mulher negra, como autoestima, afetividade e de suas vivências enquanto mulher negra na universidade, onde cursa Ciências Sociais. A aproximação de seu curso com os estudos feministas colabora para um conteúdo elaborado, com um misto de referências teóricas e relatos de cunho pessoal sobre seu cotidiano e outros interesses, como brechós e maquiagem. Tudo pautado nas vivências e dificuldades encontrados pela autora, que vem sendo convidada para palestrar sobre o tema, assim como Júlia, em programas da grande mídia.

**Figura 3 - Canal “Afros e Afins”**



Sua palestra no TEDx, “A mulata que nunca chegou”, em que fala sobre hiperssexualização da mulher negra, já conta com mais de 100 mil visualizações em poucas semanas. Temas como entrada e permanência de mulheres negras na universidade também são ponto alto do canal, criado em julho de 2015. Nátaly também aproxima-se das temáticas do transfeminismo, característica nem sempre adotada pelo feminismo negro, mas essencial ao interseccional, do qual também pode-se dizer que ela faz parte.

### 3.4 Barraco da Rosa: transfeminismo

Dentre os canais de cunho feminista, os que mais se destacam pelo caráter pedagógico das discussões são os das transfeministas. Com uma teoria que ainda caminha lentamente em suas próprias pernas, livrando-se do caráter sexualizador da Teoria *Queer*, o transfeminismo considera a realidade específica das mulheres trans\*. Para algumas dessas ativistas, prostituição e pornografia não são vistas como empoderamento, pois, apesar de acreditar nos direitos individuais, repudia a situação atual que coloca mais de 90% das mulheres trans no âmbito da exploração sexual<sup>13</sup>.

A estudante e rapper Rosa Luz, de apenas 21 anos, é uma das que vai contra a hiperssexualização das mulheres trans\* no *YouTube* e busca pôr em pauta a questão do afeto e do trabalho como fator essencial para a dignidade humana. O canal, que possui quase 600 mil visualizações desde que foi criado, em janeiro de 2016, também é repositório para suas músicas e performances artísticas, diretamente ligadas às questões (trans)feministas, que são divulgadas para seus mais de 16 mil inscritos.

**Figura 4 – Canal “Barraco da Rosa”**



PERIFERIA NO YOUTUBE PARA ALÉM DO FEMINISMO BOLHA  
 #YouTubeTrans #VisibilidadeTrans

O *Barraco da Rosa* é o canal mais completo sobre transfeminismo nessa plataforma, por tratar de vivências de mulheres trans\* em todos os cenários possíveis: no mercado de trabalho, na universidade, nos relacionamentos, nos movimentos políticos, dentro e fora da prostituição, com ou sem disforia de gênero. Com quadros que mostram relatos de outras pessoas trans\*, Rosa oferece, em conteúdo audiovisual, um panorama completo da mulher negra e periférica trans\*, um perfil que precisa ser discutido no país que mais mata travestis e transexuais no mundo<sup>14</sup>. Em seus vídeos,

<sup>13</sup> O preconceito contra transexuais no mercado de trabalho. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/blogs/feminismo-para-que-o-preconceito-contra-transexuais-no-mercado-de-trabalho-2970.html>. Acesso em: 04 mai. 2017.

<sup>14</sup> Com 600 mortes em seis anos, Brasil é o que mais mata travestis e transexuais. Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2015-11/com-600-mortes-em-seis-anos-brasil-e-o-que-mais-mata-travestis-e>. Acesso em: 04 mai. 2017.

também apresenta as críticas feitas pelas feministas radicais, a quem combate ideologicamente.

### **Considerações Finais**

Assim como em outros países, no Brasil, o movimento feminista vem se descentralizando a partir da renovação de suas vertentes por mulheres jovens, especialmente em plataformas digitais. Acreditamos que, por meio de uma comunicação horizontal e não-hierárquica, os *vlogs* têm conseguido comunicar – e, mais importante, replicar – o pensamento feminista na internet, com todas as suas especificidades, pautando discussões nos meios e fora deles sobre as urgências de mulheres brasileiras e funcionando como um novo tipo de auto-organização. Os *vlogs* também servem como espaço para divulgar seus trabalhos e projetos pessoais, estimulando a autonomia nas seguidoras, geralmente adolescentes ou mulheres ainda em formação.

Nota-se, porém, que os vídeos com maior aceitação na são os que remontam ao empoderamento pessoal, que, ao mesmo tempo que aumenta a autoestima dos indivíduos, pouco reflete ativamente em políticas efetivas para a equidade de gênero. Talvez por seu caráter não individualista, o feminismo radical ainda tenha poucas adeptas no *YouTube*, seguindo nas mãos de teóricas já conceituadas academicamente e dependendo da tradução de seus textos estrangeiros para chegar às brasileiras – especialmente pela ausência de recortes que contemplem o perfil das mulheres do país (negras, trans\* e periféricas), que costumam buscar apoio e representatividade nos materiais feministas disponibilizados nas redes sociais. Em vista disso, reforçamos que as narrativas de si são importantes instrumentos para que o movimento feminista se fortaleça dentro e foras das redes, e que julgamos necessárias as inferências de todas as mulheres nesse combate, para que lutemos não só pelas nossas dores, mas pelas dores de todas que experienciam as opressões de gênero, em maior ou menor medida.

### **REFERÊNCIAS**

ARPINO, Danielli Marafigo. **Desentendimentos nas práticas discursivas do feminismo radical diante da transgeneridade**. Trabalho de conclusão de curso (licenciatura em Letras) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015. Disponível em: <http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/141847/000991993.pdf?sequence=1>.

BEZERRA, Larissa Layane; SANTOS, Ronaldo Bispo dos. **Um estudo sobre vlogs e sua influência na cultura participativa**. In: XVI Congresso de Ciências da Comunicação na



Região Nordeste, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2014. Disponível em: <http://www.portalintercom.org.br/anais/nordeste2014/resumos/R42-0226-1.pdf>.

BRASIL ECONÔMICO. **Youtube chega a 82 milhões de usuários no Brasil**. Disponível em: <<http://tecnologia.ig.com.br/2016-10-05/youtube-usuarios.html>>. Acesso em: 1º mai. 2017.

CARVALHO, Mario Felipe de; CARRARA, Sérgio. Ciberativismo trans: considerações sobre uma nova geração militante. **Contemporanea - Revista de Comunicação e Cultura**, v. 13, n. 2, p. 382-400, 2015. Disponível em: <<https://portalseer.ufba.br/index.php/contemporaneaposcom/article/view/13865>>.

CAZARRÉ, Marieta. **Com 600 mortes em seis anos, Brasil é o que mais mata travestis e transexuais**. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2015-11/com-600-mortes-em-seis-anos-brasil-e-o-que-mais-mata-travestis-e>>. Acesso em: 04 mai. 2017.

DIMENSTEIN, Gilberto. **Negras ganham 45% menos do que mulheres brancas**. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/dimenstein/noticias/gd191103d.htm>>. Acesso em: 1º mai. 2017.

DUARTE, Jorge; BARROS, Antonio (Org). **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. 2. ed. 8. reimpr. São Paulo: Atlas, 2015.

JENKINS, Henry. **Cultura da convergência**. 2. ed. São Paulo: Editora Aleph, 2009.

LAPA, Nádia. **O preconceito contra transexuais no mercado de trabalho**. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/blogs/feminismo-pra-que/o-preconceito-contratransexuais-no-mercado-de-trabalho-2970.html>>. Acesso em: 04 mai. 2017.

MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia. **Feminismo e política: uma introdução**. São Paulo: Boitempo, 2014.

OLIVEIRA, Laila Thaíse Batista de. **Narrativas em rede: o feminismo negro nas redes sociais**. In: I Seminário Nacional de Sociologia da UFS, Universidade Federal de Sergipe, Aracaju, 2017. Disponível em: <https://seer.ufs.br/index.php/snsufs/article/view/6080>.

SARMENTO, Rayza. Feminismo, reconhecimento e mulheres trans\*: expressões online de tensões. **Pensamento Plural**, v. 9, n. 17, p. 129-150, Jul/Dez 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/pensamentoplural/article/view/6113>.

SOUZA, Yasmin Marques de. **Girl rising: ciberativismo como forma de engajamento social**. 2014. . Trabalho de conclusão de curso (bacharelado em Comunicação Social – Relações Públicas) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação, 2014. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/121466>.

UGARTE, David de. **O Poder das Redes: Manual ilustrado para pessoas, organizações e empresas chamadas a praticar o ciberativismo**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2008.

ZIMBERG, Gabriela. **Feminismo das redes: o paradoxo entre o espaço de fala e a autoexposição**. In: Comunicon – Congresso Internacional em Comunicação e Consumo, Escola Superior de Propaganda e Marketing, São Paulo, 2016. Disponível em: [http://anais-comunicon2016.espm.br/GTs/GTGRAD/GT11/GT11-GABRIELA\\_ZIMBERG.pdf](http://anais-comunicon2016.espm.br/GTs/GTGRAD/GT11/GT11-GABRIELA_ZIMBERG.pdf).